

## IV SEMINARIO INTERNACIONAL SOBRE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

### TÍTULO DO TRABALHO

TURISMO RURAL NA REGIÃO DA QUARTA COLÔNIA-RS: ENTRAVES AO DESENVOLVIMENTO
---

### TÓPICO TEMÁTICO

Número

Descrição

05	Logística, equipamento do território e economia regional
----	--

### AUTOR PRINCIPAL

### INSTITUIÇÃO

Michele Lindner
-----------------

UNESP – Rio Claro
-------------------

### CO-AUTORES

### INSTITUIÇÃO

1	Elvis Albert Robe Wandscheer
---	------------------------------

UFRGS
-------

2	Andressa Ramos Teixeira
---	-------------------------

UFMS
------

3	Marcelino de Souza
---	--------------------

UFRGS
-------

### RESUMO DO TRABALHO

No Brasil, as atividades não-agrícolas rurais vêm crescendo cada vez mais. Essa mudança advém do contínuo declínio da capacidade da agricultura em manter e gerar postos de trabalho e renda. Atualmente, o turismo rural tem se apresentado como um importante agente de promoção de desenvolvimento regional e local, podendo atuar como uma estratégia de desenvolvimento sustentável e uma alternativa de incremento de determinadas comunidades. Neste sentido, o presente estudo aborda o desenvolvimento do turismo nos municípios da região da Quarta Colônia, RS. Desta forma, procurou-se verificar a existência de incentivos legais e fiscais para a promoção do turismo a nível municipal, assim como, identificar os obstáculos ao desenvolvimento da atividade turística nos municípios estudados e como esta atividade pode contribuir para o desenvolvimento regional. Para tal, utilizou-se dados obtidos através da aplicação de entrevistas realizadas nos nove municípios da região entre novembro de 2005 e janeiro de 2006 junto a agentes qualificados (coordenadores de pasta de turismo na esfera pública e agentes privados). De posse dos dados coletados, traçaram-se análises e considerações relativas a problemática dos entraves no desenvolvimento da atividade turística nestas cidades e conseqüentemente na região. Desta forma, de acordo com as variáveis, categorizou-se a problemática e realizou-se a devida tipificação, apontando problemas e buscando soluções para o desenvolvimento da atividade turística. Percebeu-se que a problemática do desenvolvimento do turismo rural, encontra seus primeiros entraves no plano governamental, pois este não atribui grande importância a atividade turística rural, sendo muitas vezes confundida com ações da pasta de agricultura. Assim, a participação dos órgãos municipais nas atividades propostas para o desenvolvimento do turismo rural é considerada fraca tornando-se fundamental a participação da sociedade civil na organização deste. No entanto, os municípios que compõem a região da Quarta Colônia, possuem grandes potencialidades, tendo como principais atrativos as rotas gastronômicas, as festas das comunidades locais, balneários e festas religiosas. Contudo, além da falta de uma maior participação das esferas públicas, os grandes obstáculos para o desenvolvimento das atividades turísticas nestes municípios, são a mudança cultural, a

receptividade da comunidade e a aceitação de novas alternativas de geração de trabalho e renda, ou seja, aceitar o turismo como proposta de desenvolvimento para a região.

## **PALAVRAS- CHAVE**

Turismo rural, desenvolvimento regional, obstáculos, potencialidades, Quarta Colônia.

## **ABSTRACT**

In Brazil, the non-agricultural rural activities have been growing even more. This shift is resulted from the continuous decrease in the capacity of the agriculture on maintaining and generating job opportunities and the income. Nowadays the rural tourism has been presented as an important factor of promotion of the local and regional development, which may be a strategy on a sustainable development and an alternative of improvement of particular communities. In that sense, the present study considers the development of tourism in the towns of the region of Quarta Colônia-RS. Thus, it was intended to verify whether there are legal and fiscal incentives in order to promote the tourism in the municipal domains and also identify the obstacles to the development of the tourism activity in the towns which were studied and in which manner this activity could contribute to the regional development. In order to achieve this objective it was assessed data collected through interviews with qualified agents (tourism department coordinators in public administration and private agents) in the nine towns of the region mentioned from November 2005 and January 2006. According to the collected data, analysis and evaluations has been made related to the issue of the obstacles to the development of the tourism activities in those towns and consequently in the region. Therefore, according to the variables obtained the issue was categorized and their types were established, revealing problems and trying to find solutions for developing the tourism activity. It was perceived that the issue of the development of the rural tourism find its former obstacles with the government, it is not given the due importance for rural tourism by the authorities being often considered as an issue of the agriculture department. Hence the participation of the municipal departments in the proposed activities for the development of the rural tourism is considered ineffective, being fundamental the civil society's participation in such organization. Besides, the towns which make part of the region named Quarta Colônia have great potentials like the gastronomic routes, the local community fairs, resources camps and religious feasts. However, beside of the necessity of a better involvement of the public authorities, the greatest obstacles for the development of the tourism activities in these towns are the cultural changes, the community receptivity and the acceptance of the generation of new work and income alternatives, that is, to accept the tourism as a possibility of development for that region.

## **KEYWORDS**

Rural tourism, regional development, obstacles, potentialities, Quarta Colônia.

## 1. Introdução

O turismo em áreas rurais é uma prática social e econômica que vem ganhando cada vez mais notoriedade no contexto internacional e nacional.

Durante o século XX encontramos o apogeu do chamado turismo de massa, que se fortalece a partir da revolução industrial, e se configura na prática turística que desloca grandes contingentes humanos para lugares que apresentam características semelhantes, características estas na maioria das vezes implantadas a partir da ação humana sobre o espaço, as quais deixam de lado ou em segundo plano, as características específicas de cada lugar. Entretanto, o que vem se observando nos últimos anos é que a demanda turística para estes lugares vem diminuindo gradualmente, enquanto segmentos turísticos que reportam o turista a lugares com natureza, cultura e atividades específicas vem ganhando visibilidade ao olhar do turista, o que reflete na demanda dos diferentes segmentos turísticos.

Deste modo, Alves (2006, p.13) ressalta que:

O surgimento dessa nova demanda turística - bem como a transformação da noção desenvolvimento - é consequência de uma mudança de valores, que ocorre não só no Brasil, como em várias outras partes do mundo. Uma mudança cultural que tem entre os aspectos mais visíveis o surgimento de uma consciência ecológica em escala planetária; reivindicação de identidades locais; a valorização do exótico [...].

Desta forma, esta nova demanda turística que surge em busca de alternativas dentro da atividade turística, ao valorizar novos segmentos dentro do setor, faz despontar, primeiramente na Europa e depois em outros países do mundo o Turismo Rural. Este quanto a sua conceituação vem despertando diferentes olhares dos estudiosos do assunto, olhares estes que variam, nos diferentes lugares. Neste sentido, Tulik (2003, p. 40) coloca que “Turismo Rural é uma expressão genérica que, na maioria dos países que acompanham as diretrizes européias, é aplicada a qualquer forma de turismo no espaço rural”. Já em relação à perspectiva brasileira frente a esta denominação, a mesma autora nos coloca que:

Autores brasileiros, como Silva, Carlyle e Dale, julgam ser mais apropriado referir-se à totalidade dos movimentos turísticos que se desenvolvem no meio rural com as expressões Turismo no Espaço Rural

ou Turismo nas Áreas Rurais. Propõem que a expressão Turismo Rural seja reservada para aquelas atividades que, em maior ou menor grau, se identificam com as especificidades da vida rural, seu hábitat, sua economia e sua cultura.  
(TULIK, 2003:42)

Considerando tais concepções, a perspectiva teórica referente ao termo Turismo Rural a ser seguida nesta pesquisa será a dos autores nacionais, que vêem este segmento turístico não apenas como utilização do espaço rural para a prática do lazer, mas que incorporam indispensavelmente a esta atividade as vivências típicas deste espaço. A atividade turística no espaço rural surge como uma fonte de crescimento e diversificação da economia, sendo importante tanto para os agricultores individualmente, quanto para a economia local. Mas, para o desenvolvimento sustentável da atividade torna-se necessária a intervenção governamental, que pode vir através de um enquadramento legal ou através da criação e disponibilização de um conjunto de investimentos que orientem o desenvolvimento nesse sentido (SILVA; EDWARDS; VAUGHN., 2003).

Para que a atividade turística se torne economicamente viável, é necessário a integração entre órgãos públicos, privados e a comunidade local. Nesse sentido, Gonçalves (2006) ao estudar a organização do turismo rural nas Terras Altas da Mantiqueira (MG), coloca que para o desenvolvimento com base local são necessárias políticas públicas que dêem suporte ao processo de organização local e forneçam incentivos ao planejamento e as parcerias com o setor público. Portanto, para que a atividade turística se torne um fator de propulsão econômica e desenvolvimento regional, é necessário a integração entre os diversos segmentos da economia local.

A dimensão do “local” não tem uma definição fixa, podendo relacionar-se a bairros, bacias hidrográficas, conjunto de municípios, etc. Contudo, o ponto mais importante para o desenvolvimento territorial/local é o envolvimento entre os atores locais, que envolve a tomada de decisões e responsabilidades (GONÇALVES, 2006).

O turismo em áreas rurais traz diversos benefícios para a área em que se desenvolve, como: a manutenção e melhoria dos serviços públicos; diversificação econômica; incremento na infra-estrutura; empregos; renda; aumento das possibilidades de intercâmbio cultural; revitalização do artesanato e outros elementos de identidade cultural. Porém, o desenvolvimento do turismo deve ser planejado levando-se em conta outros programas sociais, econômicos e físicos da localidade onde será implantado.

Quando o empreendimento se dá de forma isolada, resulta na baixa eficácia e frustração de seus objetivos (GONÇALVES, 2006).

Gonçalves (2006) ressalta também que “...diversos fatores dificultam o desenvolvimento do turismo e o processo de dinamização local, como as resistências locais ligadas á tradição ou incerteza do novo...”. Dessa forma, a autora apresenta em seu trabalho a sistematização do trabalho de Holland, que demonstra características que podem servir de entrave para o desenvolvimento do turismo, como: a infra-estrutura, principalmente relativa a más condições das estradas, longas distâncias a serem percorridas ou poucas opções de transporte coletivo; acesso limitado ao capital financeiro, ao crédito facilitado ou a investimentos privados; baixa qualificação da mão-de-obra em geral; distância das redes de marketing; produção comercial pouco desenvolvida e distância dos principais mercados; dispersão dos produtos turísticos e baixa prioridade por parte dos governos.

Contudo, o turismo rural tem sido incessantemente colocado como alternativa de desenvolvimento de espaços rurais que não encontram nas atividades agrícolas tradicionais um caminho para tal, sendo que esta modalidade turística está fortemente embasada numa perspectiva de desenvolvimento que vai além do econômico e incorpora os vieses social, cultural e ambiental. Podendo atuar como uma estratégia de desenvolvimento sustentável e uma alternativa de incremento de determinadas comunidades. Souza ao falar da questão turismo x desenvolvimento ressalta que:

“Com efeito, para quem de fato quiser levar a sério a convicção de que o termo “desenvolvimento”, no essencial, e devidamente despido de sua carga ideológica conservadora (etnocêntrica e capitalistófica), deve designar um processo de superação de problemas sociais, em cujo âmbito uma sociedade se torna, para seus membros, mais justa e legítima, o reducionismo embutido na idéia de “desenvolvimento econômico” precisa ser energicamente recusado”. (SOUZA, 18, 1997)

Entretanto, para alcançar o possível desenvolvimento descrito por diversos teóricos e prometido em discursos políticos é necessário um alto grau de envolvimento de diversas esferas sociais em torno da implantação e implementação da prática turística.

Considerando o grande número de localidades rurais que apóiam-se no turismo como alternativa, e que a partir da implantação de rotas turísticas almejam alcançar o desenvolvimento nas suas diferentes esferas a demanda de pesquisas que busquem verificar as questões vinculadas ao desenvolvimento da atividade mostra-se abundante.

Nesse sentido o presente trabalho busca estudar o desenvolvimento do turismo na Região Quarta Colônia de Migração Italiana, Rio Grande do Sul, Brasil; delimitando o enfoque na verificação da existência de incentivos legais e fiscais para a promoção do turismo a nível municipal, assim como, identificar os obstáculos ao desenvolvimento da atividade turística nos municípios estudados e como esta atividade pode contribuir para o desenvolvimento regional.

## **2. O significado de desenvolvimento**

Desenvolvimento, em seu sentido etimológico, significa modificação progressiva, inevitável, imposta pelas condições iminentes da matéria, aumento, progresso. Nesse sentido, Rodrigues (2003, p.14), afirma que o termo desenvolvimento “pode sugerir desenvolvimento, ou seja, um processo de saída ou libertação das amarras, um desabrochar de indivíduos ou de grupos”.

A emergência dos estudos de desenvolvimento no âmbito das Ciências Sociais dá-se no período pós-guerra. Nessa fase, o conceito de desenvolvimento esteve plenamente relacionado a um modelo resultante da revolução industrial e dos sistemas econômicos (capitalismo) e políticos (democracia) (NEVES, 1995). Desta forma, o desenvolvimento refletindo os progressos da sociedade industrial é, segundo Neves (1995), decorrente de:

“(…) uma concepção evolucionista da civilização, da crença ilimitada dos recursos naturais, do crescimento industrial, da racionalidade econômica e do “Mercado” como regulador das relações sociais, e, principalmente, da concepção de que o crescimento econômico asseguraria o progresso social e o bem-estar do homem” (NEVES, 1995, p. 5).

Portanto, nesse sentido estritamente economicista, o desenvolvimento apóia-se numa estruturação social e territorial baseada na idéia de progresso e no crescimento econômico infinito. Esse tipo de conceito de desenvolvimento passa a preocupar teóricos das Ciências Sociais, refletindo-se na literatura especializada, nas décadas de 1980 a 1990, através de críticas acirradas ao projeto da pós-modernidade, caracterizada principalmente pela globalização da economia e a mundialização da cultura. A grande crítica desse período refere-se ao processo de desenvolvimento não acompanhado pelo

bem-estar social, além das agressões à natureza em prol do crescimento econômico (RODRIGUES, 2003).

Assim, esse modelo de desenvolvimento é colocado por Neves (1995) como um modelo reducionista, pois reduz o bem-estar ao consumo e à acumulação de mercadorias. Concomitante a isto se ressaltou o êxodo rural, já que a sustentação desse modelo de desenvolvimento pressupunha “que a população rural deveria emigrar para as cidades para aí oferecer a força de trabalho essencial ao crescimento da indústria e dos serviços” (NEVES, 1995, p.7).

Em resumo, o modelo desenvolvimentista esteve diretamente relacionado com o crescimento econômico, que preconizava o aumento da produção, a acumulação de capitais e aumento do consumo, o que só fez crescer as diferenças sociais e o aumento da pobreza.

Contudo, no ano de 1990, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) declarou insuficiente basear-se apenas no crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) como medida de desenvolvimento. Nesse ano, idealizou-se e implementou-se no primeiro Relatório sobre Desenvolvimento Humano do programa o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) como medida suplementar ao PIB per capita para a avaliação do desenvolvimento (KAGEYAMA, 2004). Assim, Kageyama (2004, p. 380) afirma que “a idéia central do índice de desenvolvimento humano inclui o aumento da renda e da riqueza e também inclui outros bens e valores, nem sempre materiais, que fazem parte das aspirações das pessoas”.

As aspirações e necessidades pessoais variam de acordo com as diferenças físicas e/ou culturais entre territórios, e são essas diferenças que irão definir o nível de consumo de determinada comunidade. Então, dessa forma pode haver equívocos em utilizar este indicador para medir a qualidade de vida e o bem-estar social, já que o que pode ser suficiente para alguns, não supre as necessidades dos outros.

Sen (2000) explica que, quando usamos rendas e mercadorias como base material de bem-estar, devemos levar em conta circunstâncias tanto pessoais como sociais. O autor identifica cinco fontes distintas de variações entre rendas e as vantagens delas obtidas:

*“Heterogeneidade Pessoais:* as pessoas apresentam características físicas díspares relacionadas à incapacidade, doença, idade ou sexo e isso faz com que suas necessidades difiram (...).

*Diversidades Ambientais:* variações nas condições ambientais, como por exemplo as circunstâncias climáticas (variações de temperatura, níveis

pluviométricos, inundações, etc), podem influenciar o que uma pessoa obtém de determinado nível de renda. As necessidades de aquecimento e vestuário dos pobres em climas frios geram problemas que podem não ser igualmente sentidos pelos pobres de regiões mais quentes (...).

*Variações no Clima Social:* conversão de rendas e recursos pessoais em qualidade de vida é influenciada também pelas condições sociais, incluindo serviços públicos e educação, e pela prevalência na localidade específica (...).

*Diferenças de Perspectivas Relativas:* as necessidades de mercadorias associadas a padrões de comportamento estabelecidos podem variar entre comunidades, dependendo de convenções e costumes (...).

*Distribuição na Família:* as rendas auferidas por um ou mais membros de uma família são compartilhadas por todos – tanto por quem as ganha como por quem não as ganha “ (SEN, 2000, p.90-91).

Dessa forma, percebe-se que o crescimento econômico por si só não pode ser considerado a base do desenvolvimento. É preciso que se considere também o bem-estar social. Porém isso não significa que o crescimento econômico seja oposto ao desenvolvimento. Santos (2005, p.26) afirma que o crescimento econômico “(...) é necessário ao processo desde que conjugado com uma participação mais justa da comunidade”. Complementando, Sachs (2001) argumenta que:

“(...) o fato de que o desenvolvimento não está contido no crescimento econômico não deve ser interpretado em termos de uma oposição entre crescimento e desenvolvimento. O crescimento econômico, se repensado de forma adequada, de modo a minimizar os impactos ambientais negativos, e colocando a serviço dos objetivos socialmente desejáveis, continua sendo uma condição necessária ao desenvolvimento”. (SACHS, 2001, p.157-158).

Tomando como base essas concepções e contrariando a idéia de desenvolvimento apenas econômico, princípios mais progressistas passam a entender o “desenvolvimento como um processo de aprimoramento das condições gerais do viver em sociedade, em nome de uma maior felicidade individual e coletiva, ancorada na autonomia” (RODRIGUES, 2003, p.15).

Veiga (2001), ao tentar explicar o real sentido do termo desenvolvimento, remete aos estudos da professora da Universidade de Cambridge, Joan Robinson, que costumava dizer que o desenvolvimento é “difícil de definir, mas fácil de reconhecer” (VEIGA, 2001, p.104). Considerando que nos países desenvolvidos os habitantes tinham mais chances e opções que as pessoas do resto do mundo, então:



“(…) desenvolvimento só poderia corresponder à ampliação das possibilidades de escolha: não apenas de modelos de automóvel ou canais de televisão, mas sobretudo das oportunidades de expansão das potencialidades humanas que dependem de fatores sócio-culturais, como saúde, educação, comunicação, direitos e – *last but not least* – liberdade” (VEIGA, 2001, p.104).

Ao encontro disto, Sen (2000) afirma que o desenvolvimento pode ser visto como um processo da expansão das liberdades reais das pessoas. Esse enfoque dado pelo autor relaciona as liberdades com determinantes como as disposições sociais e econômicas (serviços de educação e saúde) e os direitos civis (liberdade de participar de discussões e averiguações públicas). Sen (2000) salienta que: “O desenvolvimento consiste na eliminação das privações de liberdade que limitam as oportunidades das pessoas de exercer ponderadamente sua condição de agente” (SEN, 2000, p.10).

Nesse contexto, surgem novas orientações sobre desenvolvimento, baseadas nos impactos negativos do modelo de desenvolvimento convencional, como “desenvolvimento sustentável”. Dentro dessas “novas” orientações do desenvolvimento é que o turismo rural está inserido, pois se trata de uma atividade que busca uma forma sustentável de desenvolvimento, na maioria das vezes dinamizado em nível local ou então territorial.

Dessa forma, noção de desenvolvimento sustentável, em termos gerais, é entendida como o “desenvolvimento que satisfaz as necessidades da geração presente sem comprometer as possibilidades das futuras gerações em satisfazer suas necessidades”, ou então, “um processo de mudança no qual a exploração dos recursos, a orientação dos investimentos, os rumos do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional estão de acordo com as necessidades atuais e futuras” (JARA, 1998, p. 33-34). Esse conceito de desenvolvimento sustentável foi estabelecido em 1987 no *Relatório da Comissão Bruntland*, enfatizando as preocupações sociais e ambientais. Ainda segundo Jara (1998):

“O desenvolvimento sustentável refere-se aos processos de mudança sociopolítica, socioeconômica e institucional que visam assegurar a satisfação das necessidades básicas da população e a equidade social, tanto no presente quanto no futuro, promovendo oportunidade de bem-estar econômico que além do mais, sejam compatíveis com as circunstâncias ecológicas de longo prazo” (JARA, 1998, p.34).

Portanto, o desenvolvimento sustentável abrange setores econômicos, sociais, culturais e ambientais. A sustentabilidade no rural deve levar em conta a disponibilidade

dos recursos físicos e econômicos, buscando tecnologias adequadas para satisfazer as necessidades das comunidades.

Assim, na ótica do desenvolvimento sustentável, o meio natural passa a ser tomado também como um atributo do território sobre o qual é possível fundar estratégias de valorização e desenvolvimento econômico e social (VEIGA, 2005).

No turismo, o desenvolvimento sustentável procura evitar os danos que a condução inadequada da atividade pode provocar no meio ambiente. Por isso, ele busca o equilíbrio entre o crescimento econômico e as necessidades de conservação do meio ambiente, através da proteção da cultura e das características das comunidades receptoras; as paisagens e os habitats; a economia rural; o crescimento a longo prazo da atividade turística; a compreensão, a liderança e a visão a longo prazo entre os empreendedores que participam da atividade (RUSCHMANN, 2000).

Contudo, a partir da discussão do desenvolvimento sustentável, outras vertentes do desenvolvimento tomam forma, como o desenvolvimento local, o desenvolvimento territorial e o desenvolvimento regional, os quais preconizam uma forma sustentável de desenvolvimento, aproveitando os recursos próprios.

### **3. Região e desenvolvimento regional**

Para a busca do entendimento do significado do desenvolvimento regional, tema abordado neste artigo, torna-se necessário buscar clareza sobre o significado do termo região e suas diferentes abordagens.

O termo região é muito empregado no senso comum para que se possam definir singularidades de determinados locais em oposição a outros. O termo também é muito recorrente quando se busca a definição de determinadas zonas administrativas como a “região metropolitana”, “região da campanha”, entre outros.

Haesbaert (1999, p. 16) coloca que:

A relevância da questão regional não está ligada apenas à realidade concreta que mostra uma nova força das singularidades, um revigorar dos localismos/regionalismos e das desigualdades espaciais. A mídia também alimenta uma revalorização do “regional”, ainda que ele seja entendido de maneiras as mais diversas. Para alguns, uma nova valorização do regional aparece no próprio bojo da globalização dos mercados e das comunicações, o regional aí sendo interpretado como uma revalorização do singular, da diferença; para outros, a nova “regionalização” seria um contraponto à globalização, via criação de grandes uniões comerciais - como se os mercados comuns não

estivessem inseridos numa articulação crescente aos circuitos globais da economia capitalista.

De acordo com Gomes (1995 *apud* CUNHA, 2000), a noção de região pode ser identificada em três grandes domínios, a linguagem cotidiana do senso comum, o domínio administrativo e o domínio das ciências em geral. Segundo o autor, no senso comum o termo região é utilizado como um princípio de localização e extensão, como “a região mais pobre”, “a região montanhosa”, ou “a região da cidade X”, tendo critérios diversos e ausência de precisão nos limites e escala espacial. Já no domínio administrativo a região é vista como uma unidade administrativa, sendo a divisão regional a base para definição e exercício do controle na administração dos Estados. No domínio das ciências em geral a região relaciona-se a idéia de localização de determinados fenômenos.

Ao referir-se sobre o conceito de região, Haesbaert (1999) ressalta que, para a sua definição devem ser considerada problemáticas como as escalas e fenômenos sociais mais específicos (regionalismos políticos e identidades regionais), os quais produzem a diversidade geográfica do mundo. E ressalta ainda, que no âmbito acadêmico um dos problemas centrais levantados pela questão regional está relacionado com a “busca da síntese entre múltiplas dimensões do espaço geográfico, síntese esta que, sem ser exaustiva, está vinculada à produção de uma singularidade coerente capaz de delimitar uma porção contínua e relativamente estável do espaço” (HAESBAERT, 1999, p. 19).

Analisando os estudos regionais clássicos em geografia, Haesbaert (1999) coloca que duas questões centrais que articulam a Geografia Regional ao longo de todo o seu percurso. A primeira é o estudo integrador ou de “síntese”, seja ele mais seletivo, selecionando um fato ou dimensão mais significativa para a definição da integração regional, ou mais amplo. O segundo refere-se ao estudo das especificidades que traz a diferenciação das áreas, pois apesar de toda a uniformização promovida pela globalização capitalista é necessário distinguir espaços/regiões, pois a diversidade territorial é fundamental na construção da Geografia.

Haesbaert (1999, p. 29) traz o conceito de região, remetendo-se ao seu trabalho sobre regionalismo e identidade na Campanha Gaúcha onde o autor conceitua região como:

um espaço (não institucionalizado como Estado-nação) de identidade ideológico-cultural e representatividade política, articulado em função de interesses específicos, geralmente econômicos, por uma fração ou bloco ‘regional’ de classe que nele reconhece sua base territorial de reprodução (HAESBAERT, 1988:25).

Segundo Haesbaert (1999) alguns autores definem região de forma mais ampla, incluindo a dimensão natural, além das outras dimensões. Lencioni (2005) também lembra que o procedimento de regionalizar teve referências variadas, sendo que primeiramente as regionalizações relacionavam-se com a administração territorial e política, passando depois a ser levados em conta para a elaboração de regionalizações, critérios naturais, seguidas posteriormente por critérios econômicos e outros critérios, além da regionalização como produto da divisão do trabalho.

Contudo, Haesbaert (1999, p. 33) sintetiza o conceito de região em três grandes pontos de vista:

- a. qualquer recorte do espaço geográfico, independente da escala ou do processo social dominante; pode ser um simples instrumento para a análise do geógrafo (ex. a região como “classe de área” na geografia neopositivista [GRIGG, 1974]) ou, no senso comum, um instrumento para referência de localização das pessoas.
- b. um tipo de recorte do espaço geográfico, definido pela escala em que a diversidade territorial dos processos sociais se manifesta com maior evidência ou coesão (em sua complexidade ou elegendo-se os mais relevantes em dado momento histórico, como ocorre com a “divisão espacial do trabalho” na ótica de Massey, 1984);
- c. um determinado recorte do espaço geográfico, decorrente de fenômenos sociais próprios, não generalizáveis a todos os espaços, notadamente os regionalismos políticos e as identidades regionais.

Portanto, é com base no terceiro ponto de vista apresentado por Haesbaert que este estudo buscou a região da Quarta Colônia de Imigração Italiana, baseada na identidade regional deste local. E é com base nessa identidade regional que se buscou o desenvolvimento dessa região através de projetos de desenvolvimento regional como foi o “Projeto de Desenvolvimento Sustentável da Quarta Colônia do RS” (PRODESUS), criado no ano de 1995, o qual era composto por quatro subprojetos integrados, entre eles, o projeto de Desenvolvimento do Turismo Ecológico, Rural e Cultural e de Educação Ambiental.

A implantação do projeto de turismo rural, cultural e ecológico na região da Quarta Colônia é parte integrante do projeto de desenvolvimento integral dirigido às especificidades culturais e turísticas locais. Este projeto foi instituído em 1995 através de apoio do Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal, que, por sua vez, suscitou a criação do Consórcio de Desenvolvimento Sustentável (CONDESUS), entre as prefeituras dos municípios abrangentes da Quarta Colônia, mais

os municípios de Agudo e Restinga Seca. Decorrente do andamento do projeto foi proposto a implantação de vários roteiros turísticos de cunho cultural, rural e ecológico.

E são a partir dessas iniciativas de desenvolvimento regional que o presente estudo buscou analisar o andamento das atividades turísticas nesses municípios. Destaca-se que para que se possa alcançar o desenvolvimento da região como um todo é necessário que se tenha uma articulação e colaboração entre os agentes dos municípios que a compõe, principalmente quando trata-se do desenvolvimento de atividades turísticas integradas. E é a partir da análise de informações desses agentes que se buscou identificar quais estão sendo os obstáculos enfrentados em nível local e regional para o desenvolvimento do turismo rural na região da Quarta Colônia de Imigração Italiana.

#### **4. Procedimentos metodológicos**

##### *4.1. A pesquisa*

A amostra utilizada neste estudo foi composta por agentes qualificados (coordenadores de pasta de turismo na esfera pública e agentes privados) dos municípios da região da Quarta Colônia – RS e os municípios de Agudo e Restinga Sêca. Trata-se de uma amostra não-probabilística intencional, a qual, segundo Almeida (1989, p.87), “consiste em selecionar um grupo de elementos considerados típicos, em função das variáveis estudadas”. No caso deste estudo, buscou-se verificar a existência de incentivos legais e fiscais para a promoção do turismo a nível municipal, assim como, identificar os obstáculos ao desenvolvimento da atividade turística os municípios estudados.

A metodologia utilizada na pesquisa levou a elaboração e aplicação instrumentos de pesquisa (roteiros de entrevistas) que pudessem captar informações tanto dos empreendimentos turísticos mais representativos (contemplando a variedade de empresas e serviços existentes na região estudada), como também, foi elaborado um roteiro específico que pudesse obter informações junto aos representantes das Prefeituras Municipais dos 9 (nove) municípios.

Os roteiros de entrevistas foram aplicados junto aos representantes e responsáveis pela área de turismo das prefeituras municipais nos 9 (nove) municípios tendo como informante o responsável pela pasta, em alguns casos o (a) próprio (a) prefeito (a), secretários de governo ou ainda diretores e/ou coordenadores dentro da

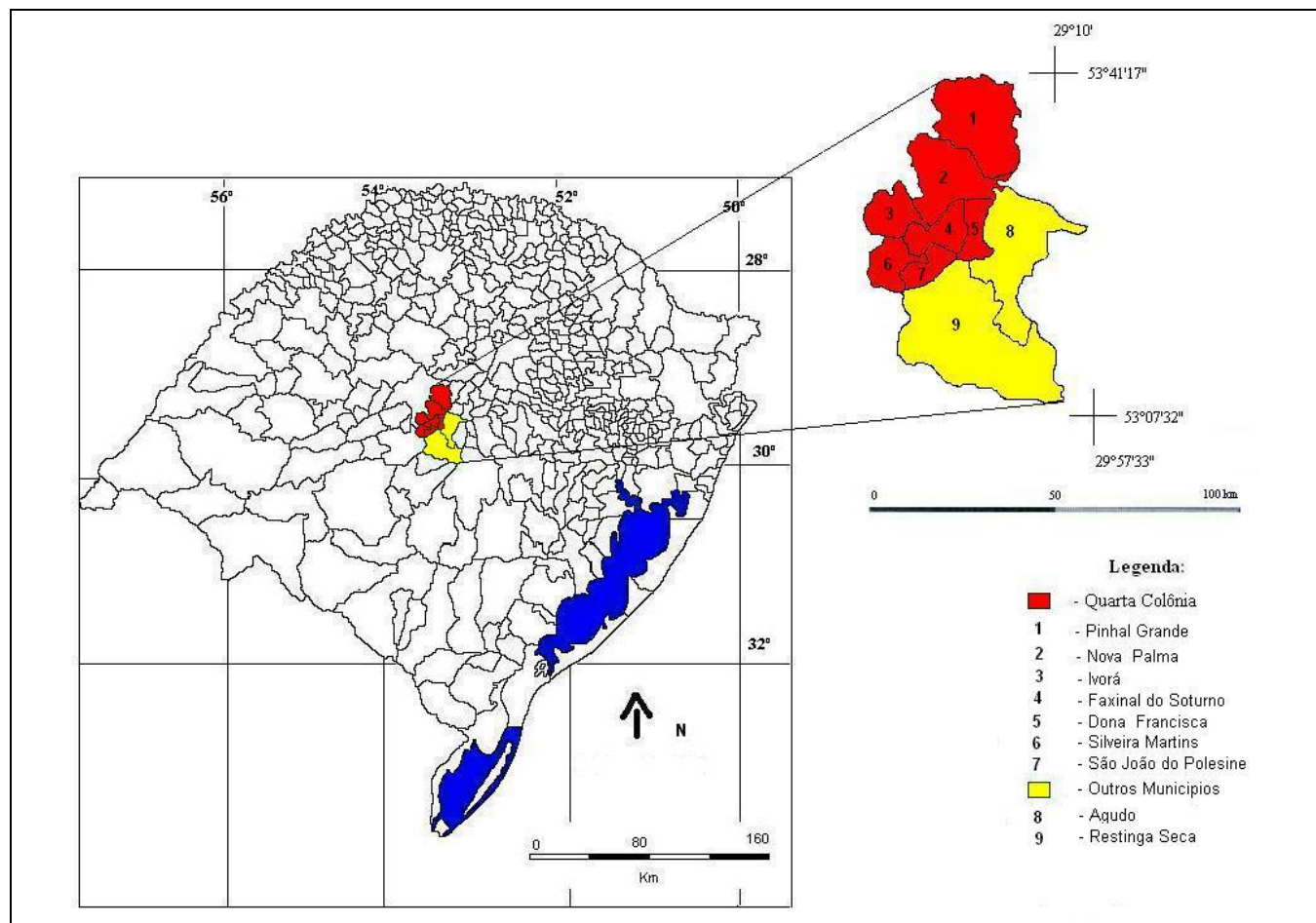
estrutura maior de uma secretaria municipal. No caso dos agentes privados, os informantes foram escolhidos por exercerem funções administrativas ou terem propriedade de empreendimento. Como resultado desta coleta identificaram-se 9 (nove) estabelecimentos de hospedagem, 1 (uma) agência receptiva e 11 (onze) empreendimentos com atividade comercial de alimentação (restaurantes), num total de 30 (trinta) entrevistas realizadas.

Concluído o levantamento de informações junto aos informantes qualificados, partiu-se para a análise e interpretação das mesmas. Dessa forma, organizou-se os dados obtidos através da entrevista. A primeira etapa constituiu-se da transcrição e interpretação das respostas e posteriormente elaborou-se o relatório do estudo, o qual possui um caráter descritivo.

#### *4.2. Área de estudo*

A área escolhida para análise no presente artigo é a da chamada Região da Quarta Colônia de Imigração Italiana, a qual é formada por um conjunto de sete pequenos municípios, levando-se em conta características histórico-culturais. Esses municípios foram colonizados por imigrantes italianos que chegaram a esta porção do território gaúcho no final do século XIX, sendo oriundos, em grande parte do norte da Itália, das regiões de Vêneto, Buia e Montava (SPONCHIADO, 1996). Além dos municípios que compõe a região da Quarta Colônia de Imigração Italiana, somam-se a este estudo os municípios de Agudo e Restinga Seca, os quais devido suas características econômicas e de localização são representativos para a Região, muitas vezes tornando-se integrantes de projetos de desenvolvimento visando a Quarta Colônia de Imigração Italiana.

Essa Região localiza-se na porção Central do estado do Rio Grande do Sul, formada por vales encaixados que formam o Rebordo do Planalto Meridional (Serra de São Martinho), entre o Planalto Meridional e a Depressão Periférica Central do Rio Grande do Sul (Figura 1).



**Figura 1 – Localização dos municípios da região da Quarta Colônia e dos municípios de Agudo e Restinga Seca em relação ao estado do Rio Grande do Sul**

Fonte: Anuário Estatístico do RS, 2001.

Adaptação: Michele Lindner.

Esses pequenos municípios têm sua economia baseada no setor primário, com destaque para as culturas de arroz, batata, fumo, milho, soja feijão e frutas, e as criações de suínos, gado de corte e de leite e aves. Essas atividades são desenvolvidas tendo como força de trabalho a família dos proprietários (NARDI, 2007).

As propriedades rurais são em geral pequenas unidades produtivas (em média 20 hectares por unidade familiar, minimizada ainda mais, dada a topografia que em sua grande maioria dificulta o cultivo agrícola), trata-se de uma agricultura com reduzida dimensão de exploração, que visa principalmente o autoconsumo e o abastecimento de mercados locais.

Outra característica dessa região é a permanência da população na área rural. Conforme pode ser visualizado na Tabela 1, pouco mais da metade da população desses

municípios ainda reside na área rural. Destaca-se que das nove cidades analisadas, apenas três delas, Dona Francisca, Faxinal do Soturno e Restinga Seca, possuem população urbana superior a rural.

**Tabela 1: População da Região da Quarta Colônia de Imigração Italiana – RS**

Município	Pop. Urbana (2004)	Pop. Rural (2004)	Pop. Total (2004)
Agudo	6.588	11.426	18.014
Dona Francisca	2.568	1.449	4.017
Faxinal do Soturno	4.343	2.417	6.760
Ivorá	737	1.577	2.314
Nova Palma	2.979	3.391	6.370
Pinhal Grande	1.742	3.095	4.837
Restinga Seca	9.338	7.786	17.124
São João do Polêsine	1.209	1.595	2.804
Silveira Martins	1.122	1.364	2.486
<b>Total</b>	<b>30.626</b>	<b>34.100</b>	<b>64.726</b>

Fonte: RS Virtual, 2008.

De acordo com Villagran (2002), até os anos 50/60 essa região apresentava uma exploração baseando-se nos sistemas tradicionais de cultivo. A partir do final dos anos 60 e 70 houve um processo de modernização da agricultura conduzindo a graves problemas sociais e ambientais.

A partir da década de 80, quando os problemas se acentuaram foram criados vários projetos, principalmente de cunho cultural e ambiental, tentando valorizar o patrimônio cultural, natural e histórico e encontrar saídas para a crise que atingia todos os municípios. Apesar da existência dos mesmos, “em nenhum momento foram construídas alternativas (políticas e programas de desenvolvimento rural) que fossem capazes de gerar emprego e renda, conciliando desenvolvimento social com preservação ambiental” (Itaqui, 2002, p.23).

Foi nesse processo que no ano de 1995 foi criado o “Projeto de Desenvolvimento Sustentável da Quarta Colônia do RS” (PRODESUS), no qual estava contido entre outros, o projeto de Desenvolvimento do Turismo Ecológico, Rural e Cultural e de Educação Ambiental. Esse projeto englobou tanto os municípios pertencentes a Quarta Colônia de Imigração Italiana, quanto os municípios de Agudo e Restinga Seca, aos quais o projeto propôs além da implantação de vários roteiros turísticos rurais a integração dos envolvidos, tentando promover arranjos produtivos intermunicipais.



## **5. Configuração da atividade turística na região da Quarta Colônia de Imigração Italiana**

Para ter clareza da situação em que se encontra a atividade turística nos municípios estudados, buscou-se junto aos órgãos públicos municipais, assim como junto a informantes do setor privado envolvidos com a atividade, informações que demonstrem qual importância que tem sido dada a atividade turística no meio rural, assim como a cooperação entre os municípios envolvidos.

A partir das pesquisas realizadas constatou-se que nos nove municípios estudados, o turismo rural não recebe a devida importância na estrutura do plano governamental. Essas constatações advêm das informações obtidas junto aos representantes dos órgãos públicos municipais, os quais informaram que a atividade turística no meio rural estaria inserida em um conjunto de ações, que se confundem com as da pasta da agricultura, sendo que na sua maioria, o tema do turismo rural restringe-se ao desenvolvimento do artesanato e de agroindústrias.

Da mesma forma, quando questionados sobre melhorias na promoção de acessos e manutenção de estradas, os informantes dos órgãos públicos salientaram que apesar do tema “turismo rural” não ser desconhecido, suas orientações visam a melhoria no escoamento da produção e não o acesso dos visitantes.

A condição do turismo ao ser avaliado na estrutura do planejamento municipal, quanto ao seu aspecto legal, permitiu estabelecer a relação de importância da pasta na hierarquia da prefeitura. Os resultados obtidos mostram que as secretarias ainda são apêndices na macro-estrutura, muitas vezes são diretorias e/ou coordenadorias no interior da Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo. Ou ainda, em alguns casos, pode-se observar que os setores de turismo são departamentos de Cultura, Desporto e Turismo dentro da Secretaria de Educação ou até mesmo Indústria e Comércio. Somente dois municípios possuem secretários de turismo, vinculados a esta pasta a Cultura, o Desporto e os Eventos. Outras duas estão em fase de implantação, ocorrendo um desmembramento da secretaria maior. Na cidade de São João do Polêsine, a qual é muito visitada pela sua vocação ao turismo religioso e de eventos gastronômicos, tem como coordenadora da área de turismo a própria prefeita. A única cidade com secretaria de turismo que possui sede e infra-estrutura adequadas é Silveira Martins, a qual possui secretário, diretor e outros cargos de confiança, tendo também uma equipe com formação

escolar de nível superior, na área administrativa e artes, bacharelado em turismo, relações públicas, o que não ocorre nos demais municípios.

Com relação ao orçamento destinado ao desenvolvimento do turismo ou atividades correlatas, o que se identificou, de maneira geral, é que não há uma destinação orçamentária específica para o turismo, ou mesmo, turismo rural. Dentro da programação plurianual existem recursos para alguns eventos tradicionais. Nesse caso, incluem-se as feiras e a semana do município e a verba destinada para a manutenção da secretaria. Como já foi mencionado, o turismo é apenas uma atividade de caráter acessório na estrutura de uma secretaria maior. Portanto, os recursos financeiros destinados ao desenvolvimento da atividade são muito diluídos e de difícil mensuração. O que se pode apurar é uma variação entre 0,07% até 1,3% do orçamento da secretaria a qual está vinculada. E, no caso do município que possui um órgão específico para cuidar do desenvolvimento da atividade, o mesmo não chega a receber 1% do orçamento global daquele município.

A formação dos agentes municipais que trabalham no setor de turismo decorre da participação em alguns eventos e nas atividades de capacitação promovidas pelo SEBRAE. Também ocorrem, com regularidade, encontros de secretários ou de agentes envolvidos com o objetivo de discussão de ações e projetos relacionados ao desenvolvimento do turismo.

Contudo, pôde-se perceber que a questão fundamental para o desenvolvimento do turismo não é vista de forma homogênea pelos gestores municipais. Alguns municípios estão melhores e possuem mais instrumentos legais para este incentivo do que outras. Em linhas gerais, a maioria dos informantes relacionou formas generalistas de canais legais para a promoção ou atração de investimentos. Estas linhas se reportam à divulgação de eventos, empréstimos de maquinário para algumas benfeitorias em propriedades ou publicação de empreendimento na folhetaria do município. Ainda, foi mencionado que o apoio governamental resume-se a dar agilidade aos trâmites legais de projetos na instância municipal.

Porém, quatro informantes afirmaram não haver canal legal para desenvolver o turismo no seu município. Assim, a maioria dos informantes destacou que os municípios não possuíam projetos próprios. Os informantes declararam que estão afinados e estão

sendo conduzidos pelo projeto de turismo desenvolvido em parceria com o SEBRAE/CONDESUS<sup>1</sup>.

A criação de pequenos ou médios roteiros no município ou integrando mais de uma localidade entre municípios vizinhos, principalmente de cunho religioso é o mais citado pelos informantes. Sob o signo da imigração italiana buscam a motivação de fé, de hábitos culturais, rememoram aspectos da infância ou dos antepassados. No caminho estão previstos passagens por capelas, igrejas, paisagens contrastando com plantações e os antigos casarões, pequenas agroindústrias, culminando na gastronomia característica da região. O surgimento ou melhoria dos serviços de alimentos é uma marca bastante evidente do crescimento do número de visitantes na região pesquisada.

Embora existam vários projetos em andamento ou em vias de serem efetivadas as iniciativas na sua maioria não obtêm o respaldo do governo, sendo na maioria das vezes patrocinadas pela comunidade ou estão inclusas nas atividades de outras pastas que não a do turismo. Outra constatação que frustra a idéia de desenvolvimento integrado diz respeito ao fato de que quatro municípios simplesmente não estão organizando nenhum tipo de projeto local. Incluem-se nas atividades promovidas pelo CONDESUS/SEBRAE, seja na elaboração de folhetaria, seja na participação em eventos promovidos por outros municípios da Quarta Colônia e região. Esses informantes colocam a impossibilidade de trabalhar as questões locais, principalmente pela falta de apoio financeiro por parte das prefeituras, bem como o desinteresse da comunidade local.

Outro aspecto indagado aos informantes diz respeito a real contribuição dos gestores municipais no projeto de turismo do SEBRAE em convênio com o CONDESUS. Existe unanimidade no sentido de que todos os informantes declararam conhecer a proposta do projeto e, de maneira mais acentuada ou não, todos participam. Todos os municípios estão comprometidos a injetar um valor mensal para financiar o projeto, que em linhas gerais pretende atuar no esclarecimento da população, preparar e qualificar a recepção, conceber empreendimentos e prestar suporte para melhorias daqueles já existentes.

As atividades que mais atraem os turistas são aquelas ligadas à religiosidade em primeiro lugar, após as de cunho gastronômico e cultural. Entre as atividades de natureza

---

<sup>1</sup> CONDESUS (Consórcio de Desenvolvimento Sustentável). No ano de 2003 foi dada ênfase ao desenvolvimento do turismo rural nesta região através de uma parceria celebrada entre este Consórcio e o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE-RS) e se alicerça em três modalidades de turismo: turismo rural, ecológico e cultural.

cultural estão aquelas ligadas ao conhecimento do passado, o resgate e o retorno aos familiares/local de nascimento e de criação. Deste último aspecto surgem os eventos chamados “festas de famílias”, em especial, aquelas de origem italiana, que não são as únicas. As atividades esportivas também se constituem em um atrativo da região, como por exemplo, esportes coletivos, náuticos, motociclismo e o ciclismo de aventura. Outra modalidade que foi apontada é o trekking em roteiros interligando várias localidades. Porém, evento que mais movimentava a comunidade em torno da recepção de visitantes, é a semana dos municípios.

Contudo, os eventos mais significativos e divulgados são a Festa do Queijo e do Vinho, Expocolônia, Festa do Morango, Festival de Inverno de Vale Vêneto, Festa da Soja, Festa do Arroz, Veloterra (acontece em todos os municípios), Festival do Peixe e do Porco no Rolete, Expofax, Festa de Navegantes, Jogos de Verão e Olimpíadas Rurais (pelo menos quatro cidades realizam anualmente as olimpíadas). Nos nove municípios, embora existam um relativo número de estabelecimentos, eventos e recebimento de visitantes, somente recentemente é que estão sendo formatados os primeiros roteiros da região.

Uma outra questão importante levantada junto aos informantes é sobre a percepção de ações em prol da integração dos municípios para a promoção do turismo. A análise dos resultados mostra que não há indicação de sinais de existência de esforços para que um município venha a colaborar na promoção de outro município sem que isso se reverta em benefício direto. A promoção existente é o resultado do planejamento do CONDESUS, verificando-se que não existe preocupação de um governante em ajudar na promoção turística de outro município.

Nesse sentido, em alguns casos verifica-se uma disputa pelo mesmo público. Às vezes ocorrem dois eventos de características semelhantes no mesmo período em municípios distintos, o que de certa forma cria uma condição que contribui muito mais para desagregar do que construir o desenvolvimento da atividade. Torna-se evidente também que na disputa dos municípios ambos são prejudicados e nenhum dos eventos se fortalece como atrativo, prejudicando a imagem da região como um todo.

## **6. Considerações finais**

Segundo a pesquisa realizada os principais obstáculos a serem superados para o crescimento da atividade turística são: mudança cultural, receptividade da comunidade,

aceitação de novas alternativas de geração de trabalho e renda. Pois, conforme foi colocado por todos os informantes existe uma resistência da comunidade em aceitar mais facilmente o turismo como proposta de desenvolvimento.

Além disso, dois aspectos relacionados à infra-estrutura foram apontados como razões de preocupação. Primeiro a questão da telefonia e alternativas de comunicação na região da Quarta Colônia. O uso de telefones celulares é praticamente limitado aos municípios maiores e nos centros/sedes destes.

A questão da comunicação também implica em outros problemas, como por exemplo, o acesso à rede mundial de computadores (Internet) ou dificuldade para a transmissão de dados por parte das empresas. Isso restringe consideravelmente a possibilidade de surgimento ou ampliação de feiras de negócios, na área agrícola. As visitas de turistas que dependam de uma boa comunicação, no caso de profissões ligadas à área da saúde ou do judiciário, ficam limitadas às áreas mais centrais, quando boa parte dos atrativos, às vezes, se encontra no interior.

Outro problema está no acesso rodoviário, sendo que os municípios de Ivorá e Pinhal Grande não possuem rodovias asfaltadas até suas respectivas sedes, e os demais municípios carecem de melhorias que lhes permitam receber os turistas em propriedades rurais adequadamente. Juntamente com a pavimentação ou com as melhorias das estradas vicinais, existe necessidade de uma melhoria na sinalização. A inexistência de placas informativas ou a existência de placas com informações desatualizadas e destruídas provocam confusão para aqueles que procuram visitar os municípios da região.

O acesso às linhas de financiamento apresenta-se também como uma das dificuldades a serem superadas. Existe reclamação que as taxas de juros e os prazos geram desconfianças, porque o retorno do investimento é lento e gradual, característico dos empreendimentos turísticos.

A ampliação dos equipamentos turísticos para serem oferecidos aos visitantes também está entre os problemas apontados. Tem-se uma preocupação evidente sobre a divulgação da região e a decepção dos consumidores quando confrontados com a precariedade da estrutura dos hotéis e restaurantes e a inexistência de centros de eventos aptos a receberem pessoas externas à comunidade local.

Existe também na região uma dependência muito grande das instituições com relação ao consórcio estabelecido com o SEBRAE, sendo colocado que em determinados casos, a ausência deste, tornaria muito difícil dar continuidade às demandas criadas pelos

empreendedores e que haveria uma paralisação total das atividades que vem sendo realizadas.

Como se pode verificar, atrás dos aspectos que normalmente estão ausentes nas regiões onde o turismo se encontra em estado “embrionário” existem outros problemas que são realmente de fundo, e de grande importância, que dizem respeito principalmente à aceitabilidade da população para com a nova atividade, o que está muito vinculada à própria formação étnica da população da região e os valores arraigados que são de natureza muito “familiares” e religiosos que se tornam impeditivos para o crescimento pleno da atividade turística na região estudada, já que o turismo é uma atividade comercial, uma atividade que precisa ser tratada com uma mentalidade de “negócio”, o que entraria em conflito com a visão de mundo desta população local.

A idéia do turismo, neste sentido, apresenta um caráter exógeno difícil de ser aceita pela população local devido às suas características culturais. Para tal, a entrada da idéia do turismo seria uma espécie de “rompimento” com essa visão tradicional cultural existente.

Contudo, percebeu-se que a problemática do desenvolvimento do turismo rural, encontra seus primeiros entraves no plano governamental, pois este não atribui grande importância a atividade turística rural, sendo muitas vezes confundida com ações da pasta de agricultura. Assim, a participação dos órgãos municipais nas atividades propostas para o desenvolvimento do turismo rural é considerada fraca tornando-se fundamental a participação da sociedade civil na organização deste. No entanto, os municípios da região da Quarta Colônia, juntamente com os municípios de Agudo e Restinga Seca, possuem grandes potencialidades, tendo como principais atrativos as rotas gastronômicas, as festas das comunidades locais, balneários e festas religiosas. Assim, além da falta de uma maior participação das esferas públicas, os grandes obstáculos para o desenvolvimento das atividades turísticas nestes municípios, são a mudança cultural, a receptividade da comunidade e a aceitação de novas alternativas de geração de trabalho e renda, ou seja, aceitar o turismo como proposta de desenvolvimento.

Por fim ressalta-se que para que esses municípios consigam alcançar o desenvolvimento a nível regional, é necessário que além da superação dos obstáculos e a promoção das potencialidades a nível local, seja buscada a superação das barreiras a nível regional, através da cooperação intermunicipal, buscando promover o turismo rural na região da Quarta Colônia de Imigração Italiana e não nos municípios em particular.

## 7. Referências bibliográficas

ALMEIDA, J. A. **Pesquisa em extensão rural**: um manual de metodologia. Brasília: MEC/ABEAS, 1989.

ALVES, Heberton Fabrício. Inocêncio. **Turismo e Desenvolvimento**: a dimensão cultural, Serra da Mantiqueira (MG). Santa Maria: FACOS - UFSM, 2006.

CUNHA, L. A. G. Sobre o conceito de região. In: **Revista de História Regional**. Vol. 5. nº 2, 2000. Disponível em: < <http://www.uepg.br/rhr/v5n2/cunha.htm> > Capturado em: 09/07/2008.

GONÇALVES, Yumi Kawamura. **Turismo em Áreas Rurais** – Perspectivas da Organização Local no Caso das Terras Altas da Mantiqueira (MG). In: XLIV CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL. 44, 2006. Fortaleza.–CE. *Anais...* Brasília-DF: Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural, 2006.

HAESBAERT, R. Região, diversidade territorial e globalização. In: **GEOgraphia**. Ano 1. Nº. 1, 1999. Disponível em: < [http://www.uff.br/geographia/rev\\_01/rogerio%20haesbaert.pdf](http://www.uff.br/geographia/rev_01/rogerio%20haesbaert.pdf).> Capturado em: 09/07/2008.

ITAQUI, J. **Quarta Colônia**: Inventários Técnicos. Santa Maria: Condesus Quarta Colônia. 2002. 256p.

JARA, C. J. **A sustentabilidade do desenvolvimento local**. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA): Recife: Secretaria de Planejamento do Estado de Pernambuco – Seplan, 1998.

KAGEYAMA, A. Desenvolvimento rural: conceito e medida. In: **Cadernos de Ciência & Tecnologia**. Brasília, v. 21, n. 3, p. 379-408, set./dez. 2004.

LENCIONI, S. Região e geografia. A noção da região no pensamento geográfico. In: CARLOS, A. F. A. (Org.). **Novos caminhos da geografia**. 5ª ed. São Paulo: Contexto, 2005.

NARDI, O. **O meio rural da Quarta Colônia de Imigração Italiana como tema e cenário turístico**. 2007. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2007.

NEVES, J. C. C. F. **Iniciativas de Desenvolvimento Local em Meio Rural**. 1995. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana e Planejamento Regional e Local) – Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa, 1995.

RODRIGUES, A. B. Patrimônio, território y emprendedorismo: Pilares Del desarrollo del turismo em base local. In: **Aportes y Transferências**. Ano 7, Vol. II. Mar del Plata: Universidad Nacional de Mar del Plata. 2003. 11-30.

RUSCHMANN, D. van de M. O turismo rural e o desenvolvimento sustentável. In: ALMEIDA, J. A.; FROELICH, J. M.; RIEDEL, M. (Orgs.). **Turismo rural e desenvolvimento sustentável**. Campinas: Papyrus, 2000. p. 63-84.

SACHS, I. Repensando o crescimento econômico e o progresso social: o âmbito da política. In: ARBIX, G.; ZILBOVICIUS, M.; ABRAMOVAY, R. (Orgs.) **Razões e ficções do desenvolvimento**. São Paulo: Editora Unesp/Edusp, 2001. p. 155-164.

SANTOS, A. B. dos. **Desenvolvimento regional e capital social: uma abordagem para a Microrregião de Presidente Prudente – SP**. 2005. 233f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

SEN, A. K. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILVA, Goretti; EDWARDS, Jonathan; VAUHN, Roger. **Oportunidades e Constrangimentos ao Desenvolvimento do Turismo Rural**. In: SIMÕES, Orlando; CRISTÓVÃO, Artur (Org.). **TERN: Turismo em Espaços Rurais e Naturais**. Coimbra: Instituto Politécnico de Coimbra, 2003.



SOUZA, Marcelo José Lopes de. **Como Pode o Turismo Contribuir para o Desenvolvimento Local?** In: RODRIGUES, Adyr Balastrieri (org.). Turismo e Desenvolvimento Local. São Paulo: HUCITEC, 1997.

SPONCHIADO, Breno Antonio. **Imigração & 4ª Colônia**: Nova Palma. Santa Maria: Palloti, 1996. 351p.

TULIK, O. **Turismo Rural**. São Paulo: Aleph, 2003.

VEIGA, F. F. Da. **Território e Desenvolvimento Local**. Oeiras: Celta Editora, 2005.

VEIGA, J. E. da. O Brasil rural ainda não encontrou seu eixo de desenvolvimento. In: **Estudos Avançados**. 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v15n43/v15n43a10.pdf>>. Capturado em: abr. 2007.

VILLAGRAN, A. **Rede de Produção e Comercialização de Produtos Agroecológicos**. 01/01/2002. Disponível em: <[www.interactionsonline.com/page\\_archive.php?id\\_news=37&filtre\\_visu=0&pr=>](http://www.interactionsonline.com/page_archive.php?id_news=37&filtre_visu=0&pr=>)> Capturado em: 25/07/2005.